

Julgamento do casal Nardoni rende prêmio de comunicação ao TJ paulista

10/06/2010

O Tribunal de Justiça de São Paulo recebeu, na última sexta-feira (4/6), seu primeiro prêmio tendo a mídia como público específico. A conquista aconteceu durante o VI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça e VIII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (Conbrascom 2010), que aconteceu de 2 a 4 de junho, em Porto Velho (RO). O TJ de São Paulo concorreu na categoria Relacionamento com a Mídia e apresentou o trabalho da assessoria de imprensa no “Caso Isabella: julgamento do casal Nardoni”.

Para a apresentação do trabalho, a Assessoria de Imprensa contou com o apoio da Comissão de Imprensa e Comunicação do Tribunal de Justiça e da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis). O trabalho do TJ de São Paulo concorreu com o Tribunal de Contas da União “O TCU na mídia” e com o Ministério Público de Santa Catarina “Guia do Ministério Público de Santa Catarina, um manual para a imprensa e a sociedade”.

Categoria Inovação

O Guia Prático de Relacionamento com a Imprensa, produzido pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público de São Paulo, foi classificado em segundo lugar. Esta foi a primeira vez que o Ministério Público paulista ganhou um prêmio no evento. O MP-SP concorreu na categoria Inovação, vencida pelo MP de Minas Gerais com o projeto “Trilha dos Direitos”. Em terceiro lugar ficou o projeto “Canal da Estratégia do Judiciário Brasileiro”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dez projetos concorreram nessa categoria, que teve participação, ainda, do Supremo Tribunal Federal (STF), MP de Santa Catarina, MP do Rio Grande do Norte, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, e TRT da 8ª Região.

O Guia Prático de Relacionamento com a Imprensa foi distribuído a todos os membros do MP paulista no final do ano passado. A publicação traz mais de 160 sugestões que visam contribuir para tornar mais eficaz a comunicação entre os promotores e procuradores de Justiça e os jornalistas, para aprimorar a informação emitida pelo MP e para ampliar a transparência da instituição em relação à sociedade.

Instituições como o Ministério Público Militar do Distrito Federal, o Ministério Público do Rio Grande do Norte, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e o Ministério Público de Goiás já solicitaram o Guia para reprodução ou distribuição entre seus membros.

O prêmio

O VIII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça teve cerca de 140 trabalhos inscritos em 11 categorias: campanha de comunicação institucional, campanha de comunicação publicitária, modernização da Justiça, jornal, conteúdo web, endomarketing, inovação, programa de rádio, programa de televisão nacional, programa de televisão regional e projeto científico.



A comissão julgadora da 8ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ), composta por Ednilson de Almeida (GW), Eneida Desiree Salgado (UFPR), Joice Hasselmann (BandNews), José Roberto Martins (GW), Juliane Ferreira (Interact), Leandro Donatti (Sebrae), Ney Hamilton (TV Sinal), Norberto Oda (RPC), Rhodrigo Deda (Gazeta do Povo), Roberta Canetti (CBN), Simone Pavin (Boticário) e Valéria Franco da Rocha (PUC-PR), selecionou entre os 140 trabalhos inscritos os três melhores de cada categoria.

O VIII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada pelos assessores de Comunicação do Judiciário e do Ministério Público, voltada ao desenvolvimento de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão.

Lançado em 2003, o prêmio visa contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das Assessorias de Comunicação a partir do destaque de experiências bem sucedidas na área, reconhecendo e valorizando as práticas destinadas ao desenvolvimento da cidadania, à democratização das informações institucionais e à inclusão social, além de difundir pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos com foco na comunicação pública.

O encontro é feito anualmente sempre durante o Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça, com o objetivo de incentivar os trabalhos das assessorias, promover a troca de experiências entre os profissionais e contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das assessorias de comunicação.

O VI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça trouxe também discussão sobre inovações tecnológicas na comunicação. O tema principal foi o uso de redes sociais no Judiciário por meio de oficinas (Planejar e Executar Gestão: Para Profissionais de Comunicação) com o diretor da Escola da Escola do Comunique-se Cássio Politi, (Conteúdo Online), com a repórter/Comunique-se Izabela Vasconcelos e com o workshop (Mídias Sociais na Comunicação Pública) sob a responsabilidade de Domingues Júnior, Fred Perillo e Daniel Pinto (INEO Oficinas).

Palestras com enfoque nas “Redes Digitais, Transparência Pública e Cidadania”, com Ivo Correa, diretor de Políticas Públicas, Relações Governamentais do Google Brasil e “A Comunicação e o Relacionamento do Poder Judiciário com a Sociedade brasileira”, com o conselheiro Nelson Tomaz Braga, membro da Comissão de Relacionamento Institucional e Comunicação do CNJ, além da mesa redonda Assessoria de Comunicação Pública e Paradigmas Tecnológicos, com Phelippe Daou Junior, diretor-geral do Amazon Sat, Américo Corrêa, assessor de comunicação do Tribunal de Contas de Mato Grosso e Edson Modesto Junior, professor e mestre em Comunicação e Marketing, completaram o quadro de discussões.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-jun-10/julgamento-casal-nardoni-rende-premio-comunicacao-tj-paulista/>